



TERMO DE REVOGAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, e em acordo com a Lei de Licitações, nº 14.133/2021 resolve **REVOGAR** o Pregão Eletrônico de Nº 001/2025-CL/CMP, Processo Administrativo Licitatório Nº 003/2025-CL/CMP, com base no artigo no artigo 165, inciso I, alínea “d” da já citada Lei e das Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal:

Art. 165 – Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I – d) anulação ou revogação da licitação;

Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal – “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”.

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – “A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou “revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial” (grifo nosso).

O procedimento licitatório está sujeito a autotutela, podendo ser revogado ou anulado. É no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021 que este princípio se confirma na licitação:

Art. 71 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

II- revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

§ 2º - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.



ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
GABINETE DO PRESIDENTE

§3º - Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

Conforme ensina Marçal Justen Filho “na revogação, o desfazimento do ato administrativo não decorre de vício ou defeito. Aliás, muito pelo contrário. Somente se alude à revogação se o ato for válido e perfeito: se defeituoso, a Administração deverá efetivar sua anulação. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público”.

No presente caso, o Processo Licitatório teve início em 21 de janeiro de 2025 com a disponibilização do Edital na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, julgamento POR LOTE, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA “EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE ACESSO PARA USO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA, EM AMBIENTE DE NUVEM, NA MODALIDADE DE SOFTWARE COMO SERVIÇO, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO REMOTO, MIGRAÇÃO DE DADOS E TREINAMENTO PARA ADMINISTRAÇÃO DA SOLUÇÃO.**

O devido processo teve o Edital publicado no sitio da Câmara Municipal de Parintins, no Diário Oficial dos Municípios, no PNCP, ocorrendo por intermédio do sistema eletrônico LICITANET, com abertura da Sessão Pública no dia 06 de fevereiro de 2025 às 09:30hs (Horário de Brasília), critério de julgamento Menor Preço por Lote e modo de disputa Aberto/Fechado. Na data de abertura procedeu-se à Etapa de Lances e Julgamento das Propostas, entretanto no momento da realização da fase de Habilitação foi identificada pela Pregoeira e pela equipe técnica do setor de informática que houve erro na quantificação dos itens, ou seja, não foi feito a multiplicação dos pagamentos mensais pelo anual, assim seriam necessárias 50 contas de emails e foi solicitado somente unidades mensais, assim, não supriria, haja vista que seria necessário fazer a multiplicação de 50 und por 12 meses, que dariam 600 unidades e conseqüentemente teria modificação nos valores. Esse erro só foi identificado após o início da sessão e para

P



ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
GABINETE DO PRESIDENTE

que não possamos também ter problemas com o não atendimento das necessidades por conter uma quantidade menor que não supriria a demanda, é que será necessário a revogação.

Assim, diante da motivação descrita, tem-se a **REVOGAÇÃO** do Pregão Eletrônico Nº 001/2025 – CL/CMP - Processo Administrativo Licitatório nº 003/2025 – CL/CMP, como forma de garantir efetivamente os princípios da legalidade, probidade administrativa, igualdade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e vinculação ao instrumento convocatório, preservando, assim, o interesse público e a conveniência administrativa.

À Senhora Pregoeira, juntamente com o Setor Demandante, para as devidas providências de ajustes do Edital e após adequação, a repetição do certame.

Parintins, 12 de fevereiro de 2025.

MARCIA AUXILIADORA CARDOSO BARANDA
Presidente da Câmara Municipal de Parintins – Em Exercício